

Crescimento maior vai depender de reformas

Por isso, governo espera estímulo a investimentos e redução da informalidade

SHEILA D'AMORIM
e GUSTAVO FREIRE

BRASÍLIA - A economia brasileira já está crescendo no seu limite, na avaliação do governo. Nos últimos três meses, segundo uma fonte graduada da equipe econômica, o País repetiu o bom desempenho do primeiro trimestre do ano - quando a produção aumentou 1,6% - e o crescimento previsto de 3,5% para este ano já está assegurado. Mas, para atingir taxas maiores nos próximos anos, será preciso, de acordo com a fonte, quebrar tabus e fazer reformas que estimulem investimentos produtivos e reduzam a informalidade no setor produtivo, como as reformas trabalhista e do Judiciário.

Sem estas mudanças, na avaliação da mesma fonte, o ambiente de negócios fica prejudicado e o baixo nível de investimentos, que vem aumentando a conta-gotas, condene o País a conviver com taxas de crescimento em níveis inferiores ao que seria possível obter. Para o governo, a questão central é a fragilidade jurídica - garantia do cumprimento e regras e contratos - que, além de desestimular estrangeiros a investir no Brasil, está fazendo

A economia começa a se basear na empresa informal, que é ineficiente e não tem crédito

Fonte da equipe econômica do governo

com que investidores retornem a seus países de origem.

Recentemente, por exemplo, a equipe econômica tomou conhecimento de que um grande grupo com mais de R\$ 1 bilhão investido no Brasil está querendo deixar o País. O motivo é uma disputa jurídica com empresários brasileiros, que, devido à morosidade da Justiça, deve levar anos para ser resolvida. "Isso é difícil para o empresário justificar na sua matriz", explica a fonte. "Não é nenhum desastre. Não vai levar a uma crise social. Mas é uma situação desagradável que impede o País de crescer a taxas maiores." Outro problema que tem recebido atenção do governo é a informalidade, que, segundo estimativas não oficiais, atinge 40% da produção. Mesmo que sejam ineficientes e não tenham acesso ao crédito, empresas informais conseguem vender a preços menores que as concorrentes regularizadas porque não pagam impostos. "A

economia começa a se basear na empresa informal, que é ineficiente e não tem crédito, e isso é um problema", diz a fonte, ressaltando que isso faz com que o mercado formal não tenha estímulo para investir.

Por isso, a informalidade é item central da próxima leva de medidas da agenda microeconómica do governo, que será encaminhada ao Congresso Nacional. A idéia, segundo anunciou nesta semana o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, é estimular a formalização de pequenos negócios com regimes tributário e contábil especiais. O encaminhamento dessas novas propostas, no entanto, depende da aprovação de medidas já enviadas ao Congresso, como a Lei de Falências e o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP).

A taxa atual de crescimento tem sido garantida pelo aumento das exportações, que tem permitido ao País romper com o modelo de desenvolvimento baseado na poupança externa que vigorou durante décadas, segundo a fonte. Neste ano, pela primeira vez na história, o Brasil crescerá com superávit em conta corrente. De acordo com a fonte, essa combinação poderá se manter nos próximos anos e os investimentos necessários virão do próprio mercado doméstico.

O eixo da política econômica, nesse cenário, continuará a ser o controle da inflação. Segundo a fonte, é a estabilidade de preços que vem assegurando a recomposição parcial da renda dos trabalhadores. Combinada com os dissídios salariais e a retomada do nível de emprego, essa recomposição tem ajudado na retomada do consumo, inclusive de bens não-duráveis. Tradicionalmente, setores como alimentação são os últimos a reagir.

A preocupação da área econômica é evitar que empresários aproveitem o crescimento para recompor as margens de lucro que foram represadas enquanto a economia não crescia. Por isso, o fato de alguns postos de combustíveis terem aumentado os preços acima do que indicava o reajuste anunciado pela Petrobras nas refinarias serviu de alerta. Segundo a fonte, o governo não vai sancionar movimentos de recomposição de preços em razão da melhora no nível de atividade. "Isso não vale apenas para a gasolina, mas para todos os preços."

EM RECUPERAÇÃO

Variação dos indicadores de produção industrial (em %)

